

GESTÃO

EMPRESARIAL

#42 Março 2018 • Uma publicação do GBrasil
Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade

NOVOS RUMOS TRABALHISTAS

Saiba como se adaptar às mudanças da
legislação na hora de contratar ou demitir

.....

SAÚDE QUE CABE NO BOLSO

Consultas e exames mais baratos
conquistam a confiança dos pacientes

.....

LIVROS DIGITAIS

Em entrevista, o executivo da Amazon Ricardo
Garrido fala sobre a expansão do mercado de e-books





Adicione o GBrasil ao seu negócio e potencialize seu desempenho. Nós nos multiplicamos em 39 por você.

Somos uma aliança de 39 empresas de contabilidade de excelência trabalhando em permanente intercâmbio de informações técnicas e operacionais. Não há desafio em gestão contábil, fiscal, trabalhista ou patrimonial que não tenha sido objeto de estudo ou conhecimento aplicado no GBrasil. Estamos em todos os estados brasileiros com amplo portfólio de serviços de gestão garantindo suporte e segurança administrativa a mais de 9 mil organizações de diferentes portes e segmentos econômicos.

Procure o representante GBrasil mais perto de você.



www.gbrasilcontabilidade.com.br
www.facebook.com/gbrasilcontabilidade

EDITORIAL



JULIO LINUESA PEREZ
Presidente do GBrasil
gbrasil@gbrasilcontabilidade.com.br

ADAPTAÇÃO AOS NOVOS TEMPOS

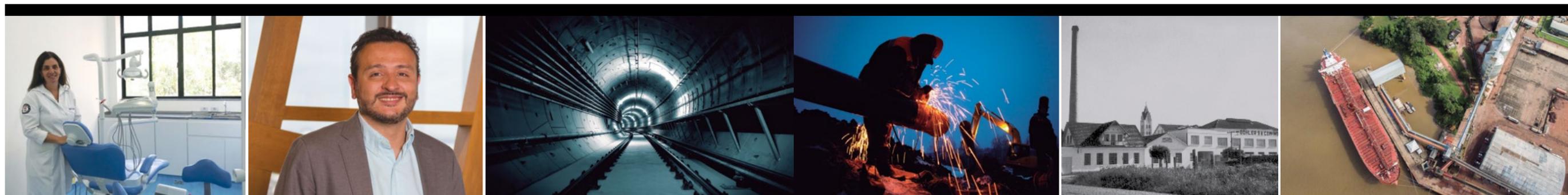
A evolução da tecnologia e das ferramentas de produção e comunicação provocou alterações no mundo do trabalho ao longo das últimas décadas. Nós, profissionais contábeis, assistimos e participamos dessas inovações no trabalho diário de assessorar a classe empresarial. Em nosso próprio ambiente, vimos práticas antigas se tornarem obsoletas; na indústria, cargos antes ocupados por homens e mulheres deram espaço a modernos equipamentos; no comércio de bens e serviços, o trabalho se digitalizou. Se o mundo laboral mudou, as leis que o regem também careciam de modernização, o que aconteceu com a aprovação da Reforma Trabalhista, que alterou mais de cem pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e está vigente desde novembro passado.

Diante de um conjunto tão complexo de normas, as 39 empresas associadas ao GBrasil País a fora têm recebido solicitações de clientes com dúvidas sobre a nova lei. Por isso, a fim de debater as novidades trazidas pela reforma, publicamos nesta edição de **Gestão Empresarial** reportagem sobre os principais pontos alterados na legislação. Falamos sobre aspectos da jornada de trabalho, contrato intermitente, rescisão, férias, home office, entre outros direitos e obrigações trabalhistas. Esclarecemos o que pode ou não ser negociado entre as partes. Uma série disponível no site do GBrasil (www.gbrasilcontabilidade.com.br) também aborda o que muda, na prática, para as empresas. Afinal, a lei deve ser cumprida.

Não há segmento que sobreviva imune às mutações do mercado. Exemplo disso é o setor de saúde. Hoje, quem não pode pagar os altos custos dos planos privados, e quer evitar a

precariedade do sistema público, busca agilidade de atendimento em clínicas populares. Elas estão crescendo com foco em consultas e exames a preços acessíveis. Como mostra matéria deste número, o modelo de negócio tem crescido - inclusive no formato de franquia.

A entrevista com o gerente-geral de aquisição de conteúdo da Amazon, Ricardo Garrido, é outro destaque desta edição. O executivo fala sobre os planos da gigante varejista conhecida pela força nas vendas online e por ter sido uma das pioneiras no segmento editorial na internet. Vale ainda lembrar outros dois assuntos importantes aqui presentes: cuidados e obrigações de empresas endividadas ao entrar em um processo de recuperação judicial, e na coluna "Consultoria", abordamos as possibilidades de se fazer compensação de tributos. Com uma gama variada de temas, esperamos que você aproveite a leitura. ■



03
EDITORIAL
Adaptação
aos novos tempos

08
MERCADO
Clínicas populares
conquistam pacientes

06
CONSULTORIA GBRASIL
Compensação
de tributos

12
ENTREVISTA
Ricardo Garrido,
executivo da Amazon

20
CAPA
Saiba o que mudou com
a Reforma Trabalhista

34
EM SÍNTESE

36
NOVOS CLIENTES
GBRASIL

28
CENTENÁRIAS
Döhler Têxtil

16
LEGISLAÇÃO
O que envolve um
processo de
recuperação judicial?

30
ESTADOS BRASILEIROS
Os desafios da economia
do Amapá

GESTÃO EMPRESARIAL é uma publicação trimestral do GBrasil - Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade, distribuída a clientes e parceiros em todo o território nacional.

Av. Clodomiro Amazonas, 1.435 • CEP 04537-012
São Paulo • SP • ☎ 55 (11) 3814.8436

CONSELHO EDITORIAL

Renato Toigo (coordenador, Toigo Contadores), Julio Linuesa Perez (Orcose Contabilidade), Alessandra Sousa (Fatos Contábil), Simone Zanon (T&M Consulting), Dolores Locatelli (Eaco Contabilidade), Didmar Duwe (D.Duwe Contabilidade), Meire Bortoli (RG Contadores), Flavio Azevedo Pinto (Opção Contábil), Marcílio Prado (Organização Contábil Prado) e Diva Borges (jornalista)

CONSELHO CONSULTIVO

Reinaldo Silveira (Organização Silveira de Contabilidade), Manuel Domingues e Pinho (Domingues e Pinho Contadores), Pedro Coelho Neto (Marpe Contadores) e Nilson Goedert (RG Contadores)

ATENDIMENTO AO ANUNCIANTE

Julio R. Castro • (11) 3814.8436 / (48) 9981.9321

TUTU

DIRETOR DE CONTEÚDO André Rocha
GERENTE DE CONTEÚDO Fernando Sacco
EDITOR Lucas Mota
EDITORA-ASSISTENTE Iracy Paulina

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Daniel Carvalho, Fabíola Perez, Filipe Lopes, Guilherme Meirelles, Lúcia Helena de Camargo e Rachel Cardoso

REVISÃO Flávia Marques

DIRETORES DE ARTE Clara Voegeli e Demian Russo
EDITORA DE ARTE Carolina Lusser
DESIGNERS Laís Brevilheri, Paula Seco e Cintia Funchal
ASSISTENTES DE ARTE Tiago Araujo e Pedro Silvério

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO
10 mil exemplares

IMPRESSÃO

Leograf Editora - Edição 42, ano XI - encerrada em 8.3.2018

www.gbrasilcontabilidade.com.br

COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS: ENTENDA QUANDO SE APLICA E O QUE É PRECISO CONSIDERAR



DANIEL CARVALHO

Rui Cadete Consultores
e Auditores Associados

EM LINHAS GERAIS, O QUE É A COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS E QUANDO SE APLICA?

DANIEL CARVALHO – Essa operação segue os mesmos princípios da compensação civil, expressos no Código Civil quando este trata da extinção de dívidas entre duas partes que apresentam créditos recíprocos com o intuito de se evitar a circulação inútil de moeda. É simples: digamos que a parte A tenha uma dívida de R\$ 1 mil com a parte B, de quem tem que receber um pagamento de R\$ 500. Recorrendo à compensação civil, A firma um acordo segundo o qual o crédito que tem com B abate parte do débito, restando pagar apenas a outra metade. O mesmo mecanismo é transposto para operações de compensação de tributos, pelas quais um contribuinte pode liquidar uma cobrança de imposto mediante um crédito pré-existente no Fisco. Tal crédito pode ser decorrente de pagamento indevido, pagamento a maior ou saldo negativo. Este último caso ocorre quando a empresa possui mais retenção de imposto sobre suas receitas do que o tributo realmente devido por ela. É uma forma de evitar perdas e atrasos de pagamentos, que precisa ser feita à luz de regulamentação própria. Na esfera federal, as regras são dadas pela Instrução Normativa n.º 1717/2017. Já no âmbito de Estados, Distrito Federal e municípios, deve-se seguir normas específicas editadas por esses.

COMO A EMPRESA DETECTA A POSSIBILIDADE DE FAZER ESSA OPERAÇÃO? A COMPENSAÇÃO SÓ PODE SER FEITA COM IMPOSTOS DE MESMA ESPÉCIE?

A empresa pode descobrir o crédito por intermédio de uma auditoria ou até mesmo na apuração normal. A operação é feita por um pedido de compensação ou até mesmo dentro da próxima apuração, dependendo do tipo de crédito levantado. Não é necessário que os tributos sejam da mesma espécie para serem compensados, mas devem pertencer à mesma esfera – ou seja, compensam-se impostos federais com federais, estaduais com estaduais e municipais com municipais. Como exemplo, digamos que a empresa tenha um crédito de IRPJ. Ela poderá usá-lo para pagar um débito do Cofins, por exemplo, mas nunca um débito de ICMS.

É POSSÍVEL FAZER A TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE UMA EMPRESA PARA OUTRA QUE TENHA DÉBITOS COM O FISCO?

Sim. Essa transferência pode ocorrer em todas as esferas: federal, estadual e municipal. E tal operação pode ser feita mesmo entre empresas que não possuam ligação, ou seja, não precisam ser dos mesmos donos. Um exemplo: a empresa A tem um crédito de R\$ 1 mil de IRPJ e o transfere para que a empresa B quite um débito de Cofins de mesmo valor. Nessa transação, a empresa B repassa para a empresa A o equivalente em dinheiro a 90% do crédito que esta tinha com o Fisco (R\$ 900). A vantagem para a que transferiu o crédito é receber esse valor em dinheiro mais rapidamente,

pois, em geral, o Fisco tem o prazo de cinco anos para fazer a restituição. Alguns cuidados devem ser observados: antes de fazer a transação, é necessário analisar a legislação específica do crédito a ser transferido para poder verificar a sua autenticidade e o ato que o autoriza.

QUAL O MOMENTO INDICADO/IDEAL PARA FAZER A COMPENSAÇÃO?

Após o reconhecimento do crédito pelo órgão responsável pelo tributo, pois existe a garantia da sua existência.

MINHA EMPRESA CORRE QUE TIPO DE RISCO AO ENTRAR COM UMA AÇÃO DE QUESTIONAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS? QUANTO TEMPO LEVA PARA SER JULGADA?

As ações de questionamento de tributos federais têm o prazo de até cinco anos para serem analisadas. O contribuinte precisa avaliar de forma criteriosa esse questionamento e ter certeza de que será bem-sucedido, pois, em caso de decisão negativa, terá que pagar o tributo questionado corrigido de juros e multa até a data da quitação. ■

PRONTO PARA ENFRENTAR NOVOS DESAFIOS?

O complexo se torna simples
quando contamos com o
parceiro estratégico certo.

Membro:  

IRPF 2018
O prazo se aproxima.
Consulte nossos
especialistas.

Referência em outsourcing contábil e gestão empresarial desde 1984, a Domingues e Pinho Contadores tem apoiado empresas nacionais e estrangeiras na implantação e desenvolvimento de negócios sólidos no Brasil.

Contabilidade · Impostos · Departamento Pessoal · SPED · Consultoria Tributária · Paralegal · Gestão Financeira
Consultoria Trabalhista e Previdenciária · SISCOSEV · BACEN · Gestão de RH · Mapeamento de Processos · Gestão Documental
Consultoria em Implantação de Sistemas · Due Diligence · Pessoa Física - Consultoria e Impostos · Obrigações de Expatriados

Rio de Janeiro · São Paulo · Macaé
RJ: (21) 3231-3700 SP: (11) 3330-3330
www.dpc.com.br dpc@dpc.com.br Siga-nos no 

 **DOMINGUES E PINHO**
CONTADORES

Transformando expertise em resultados

NA CONTRAMÃO DOS PLANOS DE SAÚDE

EMPRESAS QUE APOSTAM NO FILÃO DE CONSULTAS E EXAMES BARATOS LUCRAM ALTO POR OFERECER ALTERNATIVA AO USUÁRIO SEM ACESSO A CONVÊNIOS E DESCONTENTE COM O SISTEMA PÚBLICO DE ATENDIMENTO

LÚCIA HELENA DE CAMARGO

Espera de meses por uma consulta e atendimento deficiente. Esses são alguns dos principais problemas enfrentados pelos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Quem tem convênio médico encontra condições ligeiramente melhores. Ainda assim, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as queixas contra operadoras subiram 123% no último ano. A maioria é por cobranças abusivas e negativa em prestar atendimento. No vácuo entre os planos e o SUS, crescem os serviços médicos de baixo custo, que oferecem consultas e exames com agilidade por preços que cabem no bolso.

Há no mercado diversos modelos de negócios, com redes próprias de atendimento ou aproveitamento de consultórios e laboratórios existentes, além de uma profusão de franquias. De acordo com a consultoria Rizzo Franchise, até 2014 o número de franquias dessa natureza se manteve na casa das 6 mil unidades. Nos últimos dois anos, aumentou consideravelmente. Eram 7.322 pontos em 2015; em 2016, o número saltou para 10.372; e subiu em 2017 para 10.668. “Com o cenário de envelhecimento da população, aumento da expectativa de vida e crescente falta de estrutura dos serviços públicos de saúde, como também a generalizada “quebradeira” dos planos privados, serão as redes de franquias do setor de saúde (em es-

“

Com o envelhecimento da população, o aumento da expectativa de vida e a crescente falta de estrutura dos serviços públicos de saúde, as redes de franquias do setor de saúde (em especial aquelas de baixo custo) deverão apresentar os maiores índices de crescimento nos próximos anos.



MARCUS RIZZO,
consultor e proprietário
da Rizzo Franchise

Fotos: Divulgação

pecial aquelas de atendimento de baixo custo) que deverão apresentar os maiores índices de crescimento nos próximos anos”, prevê o consultor Marcus Rizzo.

Entre as surgidas no boom está a GlobalMed. Aberta em 2015 pelo empresário Bruno Carvalho, possui 16 franquias em São Paulo, Ribeirão Preto, Piracicaba e Vitória, no Espírito Santo. Cada clínica dispõe de 30 especialidades médicas e realiza exames. Com faturamento anual de R\$ 9 milhões, mantém uma carteira de 15 mil pacientes e faz mais de 4 mil atendimentos por mês. Os preços das consultas vão de R\$ 55 (fisioterapia) a R\$ 140 (psiquiatria e geriatria). Abrir uma unidade custa R\$ 400 mil.

A MedicMais exige investimento menor (R\$ 285 mil) e informa o faturamento anual médio na casa dos R\$ 2 milhões por unidade. Inaugurada em 2015, tem nove clínicas e oferece cerca de mil tipos de exames, com preços a partir de R\$ 10 (hemograma); e consultas em 20 especialidades médicas e odontológicas, que custam entre R\$ 80 e R\$ 130. A marca tem 25 franquias, nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Roraima, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Parai-



SORRISO PARCELADO

Até recentemente, os tratamentos ortodônticos e clareamentos dentais eram acessíveis apenas a endinheirados. Mas as empresas começaram a oferecer melhores preços. Pioneira no segmento, a Sorridents, fundada em 1995, já soma 240 unidades em 16 Estados e 4,5 milhões de atendimentos. A CEO do grupo, Carla Sarni, lista os pilares sobre os quais baseou o empreendimento: “Qualidade, conveniência e conforto”. Com faturamento atual de R\$ 240 milhões, a empresa, criada para atender às classes C e D, hoje tem 37% do público nas classes A e B. A GOU (Grupo Odontológico Unificado) também vem se expandindo. Criada há oito anos, faturou R\$ 53 milhões em 2016. Com 116 unidades no Brasil, quer comercializar 20 novas operações em 2018, segundo o diretor de operações da franqueadora, Bruno Magalhães. Um aparelho ortodôntico, por exemplo, é colocado sem custo, com taxa de manutenção mensal a partir de R\$ 89. “Conseguimos praticar preços agressivos porque compramos materiais em larga escala e temos volume de atendimentos”, explica. A GOU coloca aproximadamente 6 mil aparelhos dentários por mês e possui cerca de 100 mil clientes ativos.

IMPLANTES GRATUITOS

Se tratar dos dentes pagando pouco é bom, de graça é melhor. A professora Mônica Calasans Maia, da Universidade Federal Fluminense (UFF), proporciona a cem pessoas por ano implantes que não sairiam por menos de R\$ 3 mil em um consultório dentário particular. Com uso de uma nova técnica desenvolvida por ela e sua equipe, desde 2012 o serviço é prestado gratuitamente aos pacientes que se encaixam nos requisitos do programa. “Não pode ser tabagista, etilista, ter diabetes ou fazer uso prolongado de corticoides”, enumera Calasans. O biomaterial está em fase de registro de patente.



ba, Pernambuco e Bahia. “Muita gente deixou de pagar convênios para apostar no serviço que oferecemos, pela economia que gera”, diz o sócio David Pinto.

À MARGEM DO ATENDIMENTO

Segundo dados da ANS, atualmente 47,3 milhões de pessoas possuem planos de assistência médica no Brasil. Há um ano, eram 47,8 milhões. Resultado: há mais de 160 milhões de brasileiros sem plano de saúde. E quem procura contratar um novo convênio percebe que tem diminuído a oferta para pessoas físicas. Abundam os planos coletivos, de regulamentação mais frouxa.

“É cada vez mais difícil conseguir um plano de saúde. Para quem tem mais de 59 anos, quase impossível”, afirma Angelo Epifânio, um dos quatro sócios da Rede Care, que surgiu em 2015 e hoje atende nas cidades de São Paulo, São José dos Campos, Campinas, Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. “Nossa plataforma beneficia também os profis-

sionais, que sofrem com demoras nos repasses e baixa remuneração das operadoras, além de não encontrarem alternativas para chegar aos pacientes”, diz Epifânio.

A Rede Care coloca em contato direto pacientes e médicos via aplicativo de celular. A maioria das consultas custa R\$ 100. Ela fechou o primeiro ano com 250 mil usuários. Hoje, aos dois anos de funcionamento, reúne 623 mil usuários, 43 mil profissionais cadastrados, 14 mil clínicas médicas e 9 mil laboratórios.

A gerente de Inteligência de Mercado da Associação Brasileira de Franchising (ABF), Vanessa Bretas, acompanha o fenômeno. “Enquanto o setor

de franquias como um todo aumentou 8% no ano passado, o segmento de saúde, beleza e bem-estar saltou 9,2%”, diz. Na pesquisa da ABF com as 50 maiores marcas, o segmento já ocupa 16% do mercado de franquias e foi o único a crescer de 2016 para 2017.

A Doutor123 é outra plataforma que conecta médicos, laboratórios e pacientes cadastrados na Grande São Paulo, São José dos Campos, Campinas, Belo Horizonte e Recife. Lançada em 2016, já intermediou mais de 5,5 mil atendimentos, segundo o CEO da empresa, Maurício Trad.

OUTRO FOCO

As empresas de saúde de baixo custo fazem questão de esclarecer que não são convênios médicos. Essa diferenciação é o que permite a elas prosperar. Segundo estudo do Ministério da Saúde, as consultas e exames mais baratos representam 95% das necessidades dos usuários. Como, ao contrário dos planos, elas não são obrigadas a oferecer todos os procedimentos inclusos

na lista da ANS, ficam de fora as cirurgias complicadas e os exames caros. Como se trata de um segmento relativamente novo, ainda não há dados oficiais. A ANS se limita a alertar: “As clínicas médicas de baixo custo não são reguladas pela agência, uma vez que não comercializam planos de saúde. É importante frisar que esses serviços não oferecem garantias, como o atendimento previsto no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS”.

Se a maioria quer se expandir e virar franquia, a Clínica Fares faz questão de se manter pequena. Aberta há 30 anos, tem três unidades em São Paulo e uma em Osasco e presta atendimento em 50 especialidades com consultas que custam entre R\$ 90 e R\$ 200 e, em 2017, faturou R\$ 100 milhões.

Na análise da sócia da Franquear Consultoria, Milena Lidor, em qualquer modelo de negócio, o essencial é que a população consiga acesso à saúde por um preço justo. “Felizmente, esse cenário vem mudando com as clínicas populares, que viabilizam atendimentos por valores menores.”

NOVAS NORMAS

As regras vão ficar mais rígidas para as clínicas populares. Todas serão obrigadas a ter registro no Conselho Regional de Medicina. Além disso, não poderão veicular propaganda mencionando os valores cobrados. Uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), que estabelece as novas normas de funcionamento, está em vigor desde de 24 de março. ■



Fotos: Divulgação

Mais do que quatro décadas de sucesso. Quatro décadas na vanguarda dos serviços contábeis.

Acreditamos em nosso importante papel na gestão das empresas. Por isso, traçamos estratégias personalizadas para cada cliente. Unimos o conhecimento e a experiência de 40 anos às novas tecnologias, criando a melhor solução para nossos parceiros.

Há 40 anos fazendo da contabilidade uma ferramenta para a Gestão Empresarial.



[f /EACOContabilidade](#) [in /company/eaco-consultoria-contabilidade](#)

Rua XV de Novembro, 297, 7º andar • Curitiba-PR • (41) 3224-9208

DIGITALIZAÇÃO DO CONSUMO

GIGANTE DO VAREJO ONLINE, AMAZON.COM FINCA RAÍZES NO BRASIL AO CONSOLIDAR NEGÓCIOS DE LIVROS DIGITAIS E AMPLIAR PORTFÓLIO DE PRODUTOS

RACHEL CARDOSO

Reconhecida mundialmente e por ter sido uma das pioneiras no mercado editorial online, a Amazon encara o Brasil como um território estratégico para crescer no segmento de e-books. Em um país onde o hábito da leitura ainda é reservado a 55% da população, segundo estudo do Instituto Pró-Livro e Ibope elaborado em 2015, a gigante e-commerce faz da oferta de conhecimento a maneira para escrever sua história por aqui.

Em entrevista à **Gestão Empresarial**, Ricardo Garrido, gerente-geral de Aquisição de Conteúdo para Kindle na Amazon, diz que a empresa aposta na convergência entre e-books e livros em papel. Otimista, vê no crescimento da produção de conteúdo para publicações digitais um sinal de que o desenvolvimento desse nicho está apenas nas primeiras páginas. "Quando a Amazon chegou ao Brasil, em 2012, tínhamos 13 mil e-books em português. Hoje, já são 130 mil livros digitais disponíveis em nosso idioma."

Mais do que oferecer títulos de grandes editoras, a multinacional avança em outras frentes: dá acesso ilimitado a mais

de 1 milhão de e-books por R\$ 19,90 ao mês e disponibiliza uma ferramenta de autopublicação a autores independentes. Hoje, eles já representam 30% de seus e-books mais vendidos.

Garrido conta que a Amazon não vende posições de destaque em seu site ou em e-mails. E usa a tecnologia para oferecer aos clientes livros de acordo com seus perfis.

Como o senhor avalia o mercado de livros digitais?

Uma das boas formas de realizarmos o acesso à leitura é pelo livro digital. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, apenas 27,4% dos municípios do País informaram possuir pelo menos uma livraria. Por meio do dispositivo e do aplicativo de leitura Kindle, que pode ser baixado

Foto: Divulgação



CLIENTES QUE PASSAM A COMPRAR E-BOOKS TENDEM A LER MAIS, AUMENTANDO A QUANTIDADE DE LIVROS DIGITAIS E IMPRESSOS EM ATÉ QUATRO VEZES.

gratuitamente, buscamos democratizar o acesso à leitura oferecendo uma experiência completa com um catálogo de mais de 5 milhões de livros.

Esse mercado cresceu por aqui, inclusive na geração de conteúdo para o formato digital?

Quando a Amazon chegou ao Brasil, em 2012, tínhamos 13 mil e-books em português; hoje, já são 130 mil livros digitais disponíveis em nosso idioma, e todas as editoras brasileiras estão acostumadas a disponibilizar as versões digitais de todos seus lançamentos. Além disso, a publicação independente cresce cada vez mais: hoje, dos cem e-books mais vendidos na Amazon.com.br, 30 são de autores independentes que publicaram seus livros pelo Kindle Direct Publishing (KDP), nossa ferramenta de autopublicação.

Recentemente, a Livraria Cultura comprou a Estante Virtual, plataforma que vende livros usados, e a operação brasileira da francesa Fnac. Como vocês encaram essa movimentação?

Não focamos em concorrentes, somos obcecados pelos clientes, e os movimentos de mercado não mudam nosso foco. Dito isso, na Amazon acreditamos que os formatos impresso e digital se complementam. Mais que isso, um ajuda o outro. Por exemplo, clientes podem ler um trecho do livro antes de comprá-lo,

e isso só é possível porque existe a versão digital. Fomos além disso e hoje oferecemos a funcionalidade "Leia enquanto enviamos", com a qual o leitor pode começar a ler um livro em formato digital enquanto aguarda o envio do exemplar físico. Também notamos que clientes da Amazon.com.br que passam a comprar e-books tendem a ler mais, aumentando a quantidade de livros (digitais e impressos) em até quatro vezes.

O Kindle completou uma década em 2017. Que balanço faria desses dez anos?

O conceito deu tão certo que hoje o Kindle é sinônimo de leitor digital. Mas ele se transformou nesse ícone por causa do incansável trabalho para oferecer ao cliente o melhor serviço possível: o maior catálogo de e-books, a preços acessíveis, em uma experiência de leitura cada vez mais conveniente. Por exemplo, pensando no consumidor, no fim de 2017, lançamos o Novo Kindle Oasis, um dispositivo à prova d'água, com mais capacidade de memória e mais rápido e, na sequência, disponibilizamos uma atualização do aplicativo Kindle, que é gratuito e transforma qualquer smartphone em uma plataforma de leitura digital. Além disso, tornamos a leitura digital mais acessível com serviços como o Kindle Unlimited, que dá acesso ilimitado a mais de 1 milhão de e-books por apenas R\$ 19,90 ao mês. O que importa é que exista gente interessada em encontrar uma boa leitura.

Como funciona o Kindle Unlimited?

Kindle Unlimited é nosso serviço de assinatura de livros digitais que permite aos leitores acessar mais de 1 milhão de



Foto: Divulgação

livros, incluindo mais de 50 mil em português no Brasil, pagando apenas R\$ 19,90 por mês, com os primeiros 30 dias grátis. Atualmente, o programa inclui seis das 10 maiores editoras do Brasil, incluindo Record, Rocco e Planeta.

É possível mensurar o impacto do serviço?

Clientes que assinam Kindle Unlimited acabam dedicando 30% mais tempo à leitura e também compram mais livros (mais de 30% a mais, incluindo compras à la carte e por assinatura). O Kindle Unlimited também é ótimo para [a exposição e visibilidade de] autores independentes que publicam seus livros pela nossa ferramenta de autopublicação, o KDP.

Como funciona?

Quando o e-book é exclusivo em formato digital na Amazon, os autores podem incluir seus livros no acervo do Kindle Unlimited. Autores inscritos nesse programa ganharam mais de 209 milhões de dólares em royalties nos últimos 12 meses, apenas com empréstimos do Kindle Unlimited.

Como a Amazon encara o smartphone como canal de consumo e navegação?

O celular veio como mais uma opção para acessar a leitura digital. Pensando nisso, a Amazon.com.br oferece aos clientes do Kindle a opção de ler também pelo celular, com o aplicativo gratuito de leitura Kindle, que foi atualizado no fim de 2017 e lançado globalmente. Ou seja, a pessoa que deseja ler um livro digital não precisa necessariamente ter um dispositivo Kindle para isso.

É possível realizar a leitura apenas pelo aplicativo?

Sim. É possível realizá-la apenas pelo aplicativo, que também pode ser baixado em tablets ou em computadores. Mas, para o cliente que possui o aparelho, o aplicativo oferece a facilidade da sincronização. As leituras são simultâneas às do apa-

relho, o que faz com que o leitor possa continuar de onde parou, independentemente do dispositivo escolhido.

Como vocês estão trabalhando o portfólio da Amazon.com.br?

A página inicial da Amazon.com.br, as recomendações e até os e-mails são diferentes para cada pessoa. Trabalhamos com um algoritmo de recomendação que sugere produtos similares a compras ou buscas anteriores de cada consumidor, além de considerar os hábitos de outros clientes que viram os mesmos títulos e compraram outros livros. A Amazon não vende posições de destaque em seu site ou em e-mails, apenas usa tecnologia para oferecer aos clientes uma experiência e a descoberta de títulos que podem interessá-los de acordo com seus perfis. ■

Tudo muda. Inclusive a forma como seus clientes te vêem.

ConferIR Um BEM necessário

O ConferIR é a melhor ferramenta para análise de declarações de IRPF de seus clientes, garantindo agilidade e otimização dos seus recursos.

- **Portabilidade:** plataforma web e aplicativo para smartphones;
- **Gerenciamento das pendências** de cada declaração;
- Plataforma de comunicação para **envio de comunicados e pendências** aos seus clientes;
- **Relatórios de fácil visualização** para fluxo de caixa, evolução patrimonial e comparação das últimas 5 declarações.
- **Dados armazenados de forma criptografada** no datacenter mais seguro do planeta.

Disponível na
App Store

DISPONÍVEL NO
Google Play



Assine agora: conferironline.com.br

PARAR, RECUPERAR O FÔLEGO E SEGUIR EM FRENTE

EDITADA EM 2005, A LEI DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS É CONSIDERADA POR ESPECIALISTAS COMO UM AVANÇO EM RELAÇÃO À LEI DAS CONCORDATAS. COM O OBJETIVO DE REERGUER EMPRESAS ENDIVIDADAS POR MEIO DE ACORDOS COM SEUS CREDORES, ELA GANHOU FORÇA EM DECORRÊNCIA DA CRISE ECONÔMICA E DA OPERAÇÃO LAVA JATO

GUILHERME MEIRELLES

O que há em comum entre empresas tão díspares como o Grupo OGX, a metalúrgica Mangels, as companhias de energia Rede, Enva e Celpa e a rede varejista fluminense Casa&Vídeo? Além do prestígio em seus respectivos setores, todas elas sobreviveram ao desgastante processo de recuperação judicial (RJ) e permanecem em operação. Embora não ofereça restrições quanto ao porte das empresas, a Lei de Falências e Recuperação de Empresas (Lei n.º 11.101) tem sido mais eficiente no caso das grandes companhias, que tem

que há em comum entre empresas tão díspares como o Grupo OGX, a metalúrgica Mangels, as companhias de energia Rede, Enva e Celpa e a rede

“

A Lei n.º 11.101 é positiva, mas necessita de aperfeiçoamentos para que a recuperanda possa realizar novas operações de crédito nos bancos. Todos os créditos devem estar sujeitos à recuperação. É necessário haver estímulo para que as empresas obtenham liquidez e consigam se levantar.

LUIS VASCO,
sócio-líder da área
de recuperação de
empresas da Deloitte



Fotos: Divulgação

tempo hábil para renegociar suas dívidas e arcar com os custos de um processo que chega a durar dois anos.

Segundo dados coletados pela Serasa Experian, desde 2005 (ano em que foi editada a lei), 9.632 empresas ingressaram com pedido de recuperação judicial. Em 2017, foram 1,42 mil pedidos, o que representou um recuo de 23% ante o recorde histórico de 2016, que registrou 1.863 casos. “Os números ainda são preocupantes. É como uma febre de 42º que regrediu para 40º”, afirma o economista-chefe da Serasa Experian, Luiz Rabi. Foi em 2016 que a operadora de telefonia Oi entrou com pedido de recuperação atolada em dívidas de R\$ 65,4 bilhões, batendo o recorde histórico anterior da petroleira OGX, que tinha débitos de R\$ 11,2 bilhões. Outras companhias que “jogaram a toalha” naquele ano foram o Grupo Schahin, a Sete Brasil e a Lupatech, todas fornecedoras da Petrobras afetadas da Operação Lava Jato.

Embora a recessão tenha atingido a economia indistintamente, os efeitos foram mais intensos entre as micros e peque-

nas empresas, que representaram 61% das ocorrências em 2017. “Em um processo de insolvência, elas ficam muito vulneráveis por causa da falta de alternativas para buscar crédito e renegociar suas dívidas. A maioria das micros e pequenas entra com pedido quando estão em situação pré-falimentar. Outras, fecham as portas antes mesmo de pedir recuperação”, afirma Rabi. Segundo o economista, estudo realizado entre 2005 e 2014 revelou que 77% das empresas que pedem recuperação judicial não conseguem cumprir suas obrigações com os credores, ou seja, o juiz decreta a falência da companhia.

Requerer um pedido de recuperação judicial exige reservas financeiras que



MODELO AMERICANO

A legislação brasileira foi inspirada no dispositivo Chapter 11, que regulamenta as recuperações judiciais nos EUA. Até o presidente Donald Trump lançou mão da lei para reerguer sua rede de hotéis e cassinos em três oportunidades. Em 2009, no auge da crise global, o então presidente Barack Obama injetou US\$ 50 bilhões na General Motors para salvá-la da falência, em razão de dívidas de US\$ 88 bilhões. Com os recursos, a GM promoveu um corte de custos, renegociou suas dívidas e saiu da concordata.

muitas vezes não estão disponíveis. “Há quatro agentes fundamentais ao longo do processo: o escritório de contabilidade, que presta contas ao juiz, a assessoria jurídica especializada, uma consultoria para elaboração do plano a ser apresentado aos credores e a figura do administrador judicial, que é designado pelo juiz para acompanhamento do processo”, explica o diretor-executivo da Contac Contabilidade, associada GBrasil em Goiânia (GO), Anderson Gonzaga Pedrosa. “É um processo caro, recomendado apenas no caso de empresas que tenham dívidas acima de R\$ 2 milhões”, orienta.

O rito de um pedido de recuperação judicial obedece etapas preliminares

que antecedem a concessão do juiz. O primeiro passo é o pedido oficial, em que serão analisados demonstrativos financeiros, balanços de ativos e passivos e se a situação da empresa se deve às conjunturas de mercado ou má-fé. Não havendo indícios de fraude, o juiz defere o pedido e todas as ações e execuções contra a empresa ficam suspensas por 180 dias. Em 60 dias, a empresa deve submeter um plano de recuperação judicial aos credores em uma assembleia geral, na qual se tentará um acordo entre as partes. Nas assembleias, o acordo é fechado mediante maioria absoluta de 50% + 1, o que tem provocado insatisfações em determinadas situações, principalmente quando estão envolvidas construtoras e mutuários, como vem acontecendo com as incorporadoras Viver e PDG. “O pequeno credor fica desprotegido na assembleia e é obrigado a aceitar o acordo”, diz o advogado Paulo Akiyama, sócio do escritório Akiyama Advogados Associados, que atende cerca de 20 clientes que não tiveram suas unidades entregues. Apesar do desconforto, Akiyama considera a Lei n.º 11.101 benéfica, evitando-se que aconteçam episódios como a concordata da construtora Encol, na década de 1990, que deixou mais de 40 mil mutuários sem receber seus imóveis.

Para o presidente da Comissão de Direito Falimentar e Recuperação Judicial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Edemilson Wirthmann, o fenômeno não é uma imperfeição da lei, mas uma decorrência do mercado e da vulnerabilidade da empresa. “No caso da Petrobras, há uma concentração no setor de óleo e gás, o que deixou muitas empresas dependentes da companhia. Com os escândalos da Lava Jato, elas não tiveram alternativas em curto prazo e partiram para a recuperação judicial”, afirma.

Segundo a advogada Flávia de Campos Andrade, da área de Reestruturação e Recuperação de Empresas da Tozzini Freire Advogados, os credores sempre terão perda. “Já presenciei proposta de 70% de desconto em prazo de 30 anos, mas, em casos abusivos, a Justiça tem anulado planos que foram homologados pelo juiz em primeira instância.”

CONCESSÃO DA RJ

Somente após o acordo com os credores, o juiz irá conceder a recuperação judicial, designando um administrador para fiscalizar o cumprimento dos acordos. Qualquer descuido no pagamento dos credores pode resultar em um pedido de falência por parte do juiz. “Transformar-se em uma nova empresa significa se adaptar a uma realidade de faturamento anual de R\$ 80 milhões, quando faturava R\$ 200 milhões”, afirma Douglas Duek, sócio-diretor da Quist Investimentos, consultoria com portfólio de aproximadamente 80 casos de recuperação judicial.

SOMENTE APÓS O ACORDO COM OS CREDORES, O JUIZ CONCEDE A RECUPERAÇÃO, DESIGNANDO UM ADMINISTRADOR JUDICIAL PARA FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Na opinião do sócio da Dasa Advogados, Carlos Deneszczuk, a lei atual é “moderna”, mas necessita de aprimoramentos para propiciar melhor ambiente jurídico às empresas. “Os credores, principalmente os bancos, não podem exigir a garantia de bens essenciais ao funcionamento da empresa, como máquinas, veículos e até imóveis, mesmo que estejam em alienação fiduciária”, opina.

Atualmente, tramita no Congresso uma proposta que altera a relação dos créditos extraconcursais (que não entram na RJ), como acontece hoje com contratos de leasing. “Sou contrário. Todos os créditos, inclusive os tomados durante o período de recuperação, devem fazer parte do processo. É preciso criar estímulos para que a empresa tenha liquidez e consiga se levantar”, defende o sócio-líder da área de recuperação de empresas da Deloitte, Luis Vasco. Para driblar as restrições da RJ, diz Vasco, 80% das operações de crédito são feitas em modalidades excluídas do processo. “A aprovação dessas medidas destrói o espírito da lei”, afirma Duek, da Quist. ■

THOMSON REUTERS

DOMÍNIO | AUDITOR FISCAL™

**TODA A CERTEZA NAS INFORMAÇÕES.
TODA A CONFIANÇA NAS RESPOSTAS.**

AUDITOR FISCAL. Respostas fiscais seguras e confiáveis.

Para mais informações: dominiosistemas.com.br/auditor-fiscal



A inteligência, a tecnologia e a expertise humana de que você precisa para encontrar respostas confiáveis.

the answer company™
THOMSON REUTERS®



REFORMA TRABALHISTA TRAZ MODERNIDADE AO MERCADO

EM VIGOR DESDE NOVEMBRO DE 2017, AS NOVAS LEIS ALTERAM A DINÂMICA DAS RELAÇÕES ENTRE PATRÕES E EMPREGADOS APÓS QUASE 75 ANOS DA CONCEPÇÃO DA CLT

FILIPE LOPES

A legislação trabalhista brasileira completa 75 anos de idade em 2018. Nasceu em 1943, muitas décadas antes da existência de tecnologias que revolucionariam não apenas a maneira de trabalhar, mas de viver, no planeta. O computador, a internet e o telefone celular só passaram a integrar o cotidiano a partir da década de 1990. Mudar as leis relacionadas ao trabalho no Brasil era necessário. E assim foi feito. A Reforma Trabalhista, regulamentada pela Lei n.º 3.467/2017, vigora desde 11 de novembro de 2017. Foram alterados mais de cem pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o conjunto de normas que rege as relações trabalhistas no País.

A reforma ainda gera polêmica e dúvidas entre empregados e empregadores, mas especialistas apontam que a modernização se faz necessária para tornar o ambiente tra-

balhista mais flexível, justo e competitivo, além de formalizar novas modalidades que não existiam na época da concepção da CLT, como o home office e o emprego intermitente.

O atual cenário de desemprego – que encerrou 2017 com 12,7% dos trabalhadores brasileiros (13,2 milhões de pessoas) – tornou ainda mais urgente a revisão das regras trabalhistas. Gerar empregos era o argumento mais usado por quem defendia essa flexibilização. A reforma vem também para diminuir o volume de processos na Justiça. Segundo o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em 2017 foram recebidos 1,04 milhão de processos nos 24 Tribunais

Regionais do Trabalho (TRTs) – aumento de 8,3% em relação a 2016.

“Antes da reforma, existia muita incerteza jurídica”, afirma o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro (Ibre/FGV-RJ) Bruno Ottoni. Nos três primeiros meses de vigência da reforma, os processos trabalhistas já diminuíram 50%, em média, de acordo com levantamento dos tribunais regionais, chegando a até 90% em algumas regiões do País, como o Sudeste e o Sul.

MUDANÇAS NA PRÁTICA

Como as alterações trazidas pela reforma ainda são recentes, muitas empresas têm mantido cautela na adoção das novas normas, enquanto tentam entender a lei. O diretor financeiro da concessionária de veículos Potiguar Honda, Leonardo Melo, formou um grupo com representantes de empresas de diversos setores para, juntos, estudar as possibilidades surgidas com a mudança. “Enumeramos os pontos que teriam maior impacto em nossas empresas e buscamos aprofundar o conhecimento a respeito dessas questões”, explica. Ele estima em um ano o prazo para que as novas normas sejam efetivamente aplicadas.

Entre os ganhos esperados no longo prazo, Melo cita a aceleração na geração de empregos e a adaptação das relações de trabalho ao atual momento da economia global. “Teremos mais flexibilidade, qualidade inerente à atividade comercial e exigida pelo próprio consumidor, que quer gastar em qualquer dia e hora”, afirma. “As leis trabalhistas anteriores foram criadas em outro contexto: à época, a indústria era o grande motor propulsor do País.”

JORNADA DE TRABALHO

Na nova lei, a jornada constitucional máxima permanece a mesma: oito horas por dia, 44 horas por semana e 220 horas mensais. Já o tempo que o empregado gasta no deslocamento entre a residência e o trabalho não é mais considerado período à disposição do empregador. A jornada de 12x36 (12 horas de trabalho por 36 de descanso) passou a ser regulada pela lei e pode ser negociada diretamente entre empregador e empregado, desde que o empregador seja entidade atuante no setor de saúde. “Para outros ramos de atividade, a jornada deve ser estabelecida por acordo ou convenção coletiva”, esclarece o advogado Rafael Crisafulli, da Tocantins Advogados. Em todos os casos, os intervalos para repouso e refeições deverão ser observados ou indenizados.

O banco de horas, atualmente adotado em grande parte das empresas, passa a ser obrigatoriamente formalizado por escrito. Ele pode ser negociado diretamente entre empregado



O QUE PODE E NÃO PODE SER NEGOCIADO

PODE ✓

- > Jornada de trabalho
- > Banco de horas
- > Intervalo para almoço
- > Plano de cargos e salários
- > Representação dos trabalhadores no local de trabalho
- > Teletrabalho, trabalho intermitente e regime de sobreaviso
- > Remuneração por produtividade, incluindo gorjetas e prêmios
- > Participação nos lucros ou resultados
- > Trabalho em ambientes insalubres

NÃO PODE ✗

- > Salário mínimo
- > FGTS
- > 13º salário
- > Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno
- > Horas extras, no mínimo de 50%
- > Repouso semanal remunerado
- > Férias anuais, com adicional de 1/3
- > Salário-família
- > Licença-maternidade e licença-paternidade
- > Aviso prévio
- > Seguro-desemprego
- > Normas de saúde, higiene e segurança do trabalho
- > Adicional para atividades penosas, insalubres ou perigosas
- > Seguro contra acidentes de trabalho
- > Prazo de prescrição para ações trabalhistas
- > Proibição de discriminação de deficientes
- > Proibição do trabalho de menores de 16 anos e restrições para menores de 18
- > Liberdade de associação sindical
- > Direito de greve

MUDANÇAS TRAZIDAS PELA MP 808

A reforma pode sofrer alterações se aprovada a Medida Provisória (MP) n.º 808/17, que será votada pela Câmara dos Deputados e Senado. As mudanças em 17 artigos vieram de um acordo entre o governo e o Congresso. Confira a seguir os principais pontos editados pela MP:

GESTANTES E LACTANTES

As mulheres grávidas ou que estão amamentando continuarão a ser afastadas de função insalubre durante o período de gestação/lactação, sendo que as que trabalham nos graus mínimo e médio podem apresentar atestados médicos para retornar ao trabalho.

JORNADA 12x36

Só poderá ser adotada por meio de acordo ou convenção coletiva. Há exceção apenas para os trabalhadores da área da saúde.

TRABALHO INTERMITENTE

O empregado terá 24 horas para atender ao chamado, bem como direito a férias em até três períodos, décimo terceiro salário, salário-maternidade e auxílio-doença. Na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) também deverá ser anotado o valor da hora ou do dia trabalhado, assim como prazo para pagamento.

AUTÔNOMOS

Proíbe cláusula de exclusividade entre as partes e deixa claro que a prestação do serviço para um único empregador não caracteriza vínculo empregatício.

DANO MORAL

Será concedido com base no salário de contribuição à Previdência Social (atualmente no valor máximo de R\$ 5.531,31) e não mais com base no salário do ofendido. Para casos de reincidência, a indenização deverá ser em dobro.

e empregador, desde que a compensação das horas seja feita, no máximo, em seis meses. Para período de compensação superior a seis meses, a norma coletiva continua sendo obrigatória.

JORNADA PARCIAL

Com a reforma, para entrar na classificação de trabalho em tempo parcial, a jornada não pode superar 30 horas se-

manais, sem a possibilidade de suplementação; ou então ter duração de no máximo 26 horas semanais, com acréscimo de até seis horas extras. Um empregado que atualmente cumpra regime integral poderá pedir mudança para tempo parcial, mas o acordo terá de constar na norma coletiva.

FÉRIAS FRACIONADAS

As férias continuam a ser de 30 dias por ano. Mas, agora, o descanso pode ser fracionado em até três períodos definidos entre empregador e empregado. Um dos períodos precisa ter

pelo menos 14 dias corridos, e os demais não podem ser inferiores a cinco dias. "O início das férias não pode ocorrer nos dois dias que antecedem um feriado ou no repouso semanal do empregado", alerta Rafael Crisafulli. Outra mudança: não há mais obrigatoriedade de concessão das férias em período único a menores de 18 anos e a maiores de 50 anos de idade.

CONTRATO INTERMITENTE

Estabelecido pela nova lei, o contrato intermitente está entre os pontos mais complexos. Essa nova categoria é configurada por trabalho prestado com vínculo empregatício, de forma não contínua, com alternância entre atividade e inatividade do colaborador. Os períodos de alternância são fixados em horas, dias ou meses. No contrato intermitente não há carga horária mínima definida. Os limites máximos de jornada são iguais aos vigentes para os demais trabalhadores.

Um ponto importante deve ser lembrado: o valor da hora de ocupação não pode ser inferior ao salário mínimo ou à remuneração devida a outros empregados que desempenhem a mesma função na empresa, em contrato intermitente ou não. Para quem busca uma renda extra nas horas vagas, uma novidade foi positiva. O trabalhador intermitente poderá, durante o período de inatividade, prestar serviços a outros tomadores de serviço que exerçam (ou não) a mesma atividade econômica, utilizando contrato de trabalho intermitente ou outra modalidade de contrato de trabalho. "Essa previsão abre a oportunidade para que um mesmo trabalhador tenha mais de um contrato de trabalho simultaneamente, o que até então era bastante difícil, considerando as jornadas comuns de oito horas diárias", aponta Crisafulli.

Um dos setores que apostam no trabalho intermitente é o de bares e restaurantes. O segmento espera criar mais empregos formais em funções como garçom, chefe de cozinha, faxineiro e manobrista. "O setor pode gerar neste ano até 250 mil novas vagas, sendo que 150 mil postos serão na categoria de trabalho intermitente", prevê o presidente-executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci.

Os especialistas alertam para um ponto crucial na nova modalidade: o empregador só pode contratar o ex-empregado como prestador de serviço depois de 18 meses da dispensa. Caso contrário, a dispensa e a contratação serão consideradas nulas, reconhecendo-se a existência de um único contrato por prazo indeterminado.

TELETRABALHO OU HOME OFFICE

Segundo a nova lei, no teletrabalho o empregado não tem direito a horas extras, pois não está sujeito a controle de jornada. No contrato devem estar descritas todas as competências do empregado, além das responsabilidades do empregador sobre a aquisição, manutenção ou fornecimento de equipamentos e infraestrutura necessários à prestação de trabalho em sistema home office. Como os equipamentos e a infraestrutura são essenciais ao trabalho remoto, não integram a remuneração.

As novas normas estabelecem ainda que o empregador deva instruir os empregados, "de maneira expressa e ostensiva", quanto às precauções a tomar com o objetivo de evitar doenças e acidentes de trabalho. O advogado Crisafulli sugere que as empresas preparem



Antes da reforma, existia muita incerteza jurídica.

BRUNO OTTONI

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (Ibre/FGV-RJ)



uma apostila com informações sobre o assunto e as enviem aos funcionários, aos quais será pedido que assinem um recibo, atestando que leram o documento e estão cientes dos possíveis riscos.

RESCISÃO POR ACORDO

Foi inaugurada uma nova modalidade de desligamento: por acordo entre empregado e empregador. Nesse caso, o empregado recebe metade do aviso prévio e da indenização compensatória de 40% do saldo no FGTS, além do total das demais verbas rescisórias. E pode movimentar até 80% do saldo da conta vinculada do FGTS, mas perde o direito ao seguro-desemprego. "A opção é inte-

ressante nos casos em que o empregado deseja ser dispensado. Ele não perde o direito ao FGTS, mesmo que o empregador não tenha interesse na demissão. Ambas as partes cedem e extinguem o contrato", analisa Crisafulli.

REDUÇÃO DO HORÁRIO DE ALMOÇO

A alteração realizada pela Reforma Trabalhista permite que, mediante negociação coletiva, o intervalo de almoço seja reduzido, desde que respeitado o limite mínimo de 30 minutos para jornadas superiores a seis horas.

PREMIAÇÃO CONTÍNUA

O pagamento de prêmios por desempenho sem natureza salarial (portanto, sem incidência de encargos) é contemplado pela nova lei, desde que feito até duas vezes ao ano. Mas empregadores devem se atentar a um aspecto: se a premiação ultrapassar essa frequência, será considerada parte do salário.

CUSTAS JUDICIAIS

No caso de uma ação trabalhista, o autor da ação pode requerer gratuidade de Justiça, desde que comprove não ter condições de arcar com as custas do processo e receba salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios da Previdência (em torno de R\$ 2,2 mil). Antes da reforma, bastava a declaração de insuficiência financeira para gozar do benefício. Ao condenado no processo recai todos os custos dos honorários.

ACERTOS E INCERTEZAS

Logo após a aprovação da Reforma Trabalhista, foi editada a Medida Provisória n.º 808/17, modificando aspectos da lei. "Isso deixa o empreendedor incerto sobre como será aplicada a reforma nas relações trabalhistas", pondera o empresário Leonardo Melo.

Outro ponto frágil no entendimento do pesquisador Bruno Ottoni é o pagamento da Previdência Social com base nas horas trabalhadas para homens e mulheres. "No mundo todo, a carga horária da mulher, com obrigações no lar e na criação dos filhos, é reduzida em relação à do homem", lembra. Ele avisa para o risco de que a Justiça do Trabalho enxergue uma disparidade de gênero na confecção dos contratos trabalhistas, o que fere a Constituição Federal. "A jurisprudência precisa ser definida para evitar insegurança jurídica e possíveis abusos", diz Ottoni.

EMPRESÁRIOS AINDA TÊM DÚVIDAS SOBRE OS MAIS DE CEM PONTOS ALTERADOS NA CLT. AUXÍLIO DE UMA EMPRESA CONTÁBIL É ESSENCIAL PARA TER SEGURANÇA AO CONTRATAR OU DEMITIR

Solmuci, da Abrasel, segue otimista quanto ao futuro das relações trabalhistas no País após a assimilação das novas regras. "A reforma acabou com a falácia em torno da CLT. O Brasil tem 140 milhões de pessoas economicamente ativas, sendo apenas 50 milhões dentro da formalidade", afirma. Quando a CLT foi criada, segundo Solmucci, a fiscalização era pouco eficaz, e muitas empresas impunham suas próprias regras nas contratações, o que tornava a mão de obra cara, pois ao fim do contrato o funcionário entrava na Justiça para reivindicar seus direitos. "A reforma representa um grande avanço para o Brasil", conclui.

Para Melo, a Reforma Trabalhista abre oportunidades. "Talvez, em princípio, ocorram cortes de vagas, pela crise que ainda vivemos. Mas no médio prazo as empresas serão mais eficazes e, conseqüentemente, haverá mais emprego e crescimento." ■



Desde o lançamento das novas regras trazidas pela Reforma Trabalhista, o portal do GBrasil vem esclarecendo as principais dúvidas dos empresários. Acesse www.gbrasilcontabilidade.com.br



O setor pode gerar neste ano até 250 mil novas vagas, sendo que 150 mil postos serão na categoria do trabalho intermitente.

PAULO SOLMUCCI

Presidente-executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)



NO TEAR DA HISTÓRIA

REFERÊNCIA NO SETOR TÊXTIL, A DÖHLER S/A FOI FUNDADA HÁ MAIS DE 137 ANOS EM JOINVILLE, SANTA CATARINA. HOJE, COMANDADA PELA QUINTA GERAÇÃO DA FAMÍLIA, INVESTE EM TECNOLOGIA PARA EXPANDIR A MARCA

FILIPPE LOPES

Joinville, em Santa Catarina, cidade que abriga a fábrica da Döhler S/A, guarda parte da história da imigração alemã no Sul do Brasil. A trajetória da empresa começa em 1881, quando o alemão Carl Döhler chegou à antiga colônia Dona Francisca, onde hoje fica a cidade. Após constatar que o solo úmido da região não propiciaria o cultivo da terra, Carl decidiu se dedicar à produção de tecido, ofício que conhecia. Como não havia equipamentos disponíveis, ele mesmo construiu em madeira um tear manual do Esta-



do. A partir daí, a família começou a fabricar tecidos xadrez e de brim para abastecer a comunidade local.

Carl faleceu em agosto de 1916, aos 81 anos. Atualmente, a quinta geração da família vem administrando a tecelagem. Cento e trinta e sete anos depois, a tecnologia de ponta aprimora todo o processo de produção: fibra, fio, tecelagem, tingimento, estamparia e confecção.

DESAFIOS DA NOVA GERAÇÃO

A trajetória sólida e o destaque entre as melhores do mercado não garantem folga. “No início, éramos nós e outras poucas empresas, hoje temos concorrência”, explica o diretor da empresa, José Mário Gomes Ribeiro. “Existe uma preocupação grande da companhia com o seu papel de geradora de riquezas no País. O maior desafio é permanecer sadio diante das oscilações da política nacional”, afirma. ■

Fotos: Divulgação



LINHA DO TEMPO



1881

Chegada de Carl Döhler à colônia Dona Francisca, hoje Joinville (SC), e início das atividades da empresa.

1916

Falecia, aos 81 anos de idade, Carl Döhler. Seus descendentes continuam o trabalho e a elevam a uma das maiores do País.

1980

Construção da própria estação de efluentes (atualmente, 30% de toda a água consumida são reutilizados). Passa a ter um aterro industrial próprio e manter uma reserva arborizada de 300 mil metros quadrados.

2013

Prêmios de Empresa do Ano do setor têxtil, pela revista *Exame*, e de Melhor Gestão Ambiental do Brasil, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).



2017 - 2018

Em torno de 3 mil colaboradores fabricam mais de 9 mil produtos de cama, mesa, banho, tecidos para decoração e artesanato e para os segmentos hospitalar

1975

Começa o processo de modernização das instalações.

1981

Cem anos de atividades.



2000

Nova modernização do maquinário. Em uma área de 200 mil metros quadrados, são produzidas 1,4 mil toneladas de tecidos por mês.



e de hotelaria. Além de atender a todo o território nacional, a Döhler exporta para mais de 40 países. O executivo José Mário Gomes Ribeiro, ex-diretor técnico da companhia, assume o comando da empresa, sucedendo Udo Döhler.

TERRITÓRIO DE OPORTUNIDADES

MINERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE MADEIRA E SOJA SÃO AS PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO ESTADO, QUE AGORA PLANEJA ALAVANCAR SUA INDÚSTRIA SENDO UM CORREDOR LOGÍSTICO PARA O MERCADO INTERNACIONAL

FABIOLA PEREZ

Empresários do Amapá, no Norte do País, estão de olho em novas oportunidades de negócios. Com um potencial que vai da exploração mineral, passa pelo comércio e chega no agronegócio, governo e iniciativa privada vêm discutindo alternativas para aquecer a economia. De acordo com o estudo "Contas Regionais", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan), divulgado em dezembro de 2017, o PIB do Amapá é de R\$ 13,8 bilhões. "A Amazônia ainda tem por base a oferta de matéria-prima às demais unidades da Federação. O Amapá, porém, precisa identificar sua função na economia, do contrário, continuará sendo exportador de commodities", adverte o professor da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Jadson Porto.

Nos últimos cinco anos, um dos mercados que transformaram a economia amapaense foi a produção de soja. Segundo a Associação de Produtores de Soja do Estado, o produto agrícola arrecadou cerca de R\$ 60 milhões no último ano. Quatro

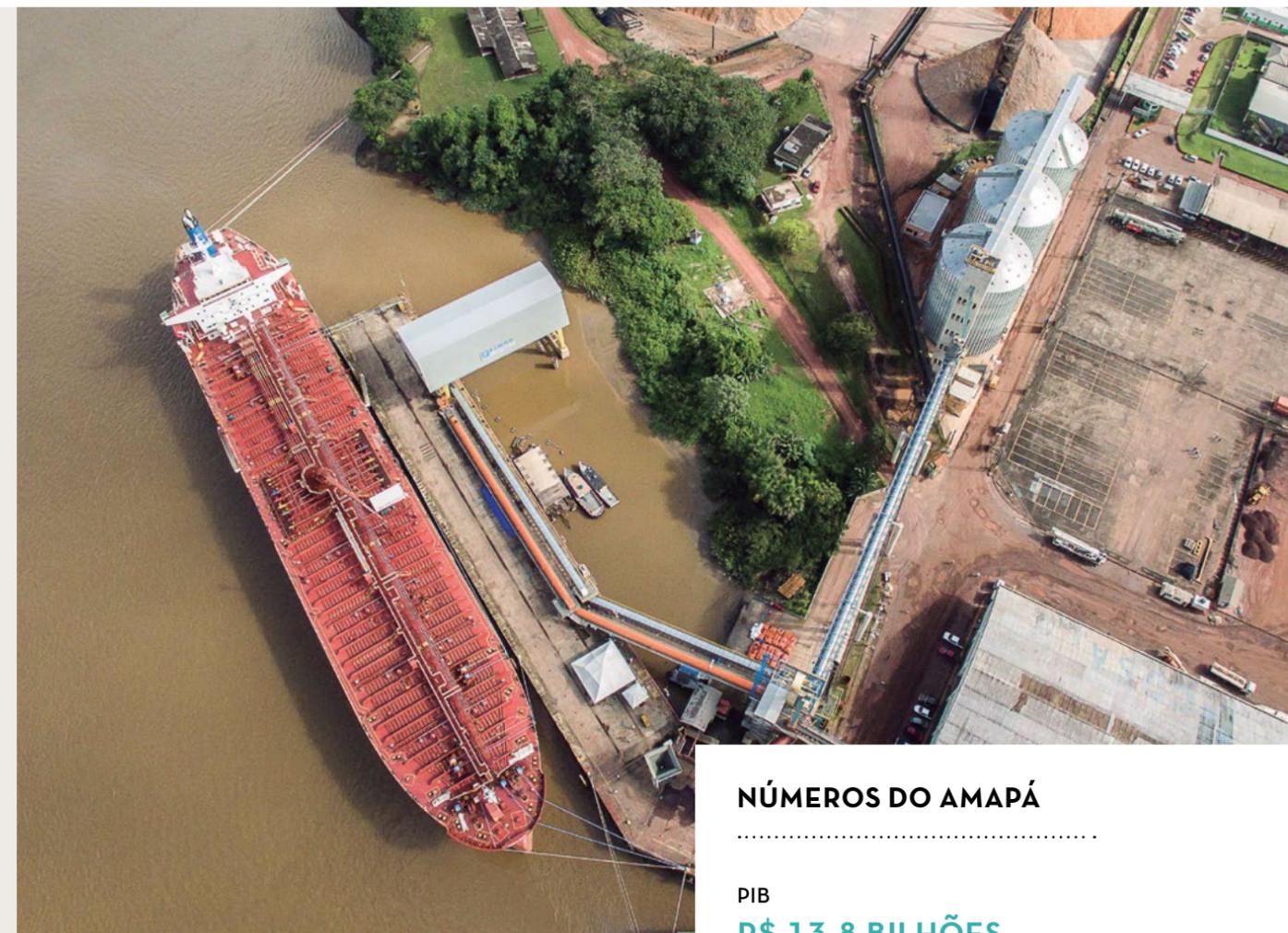


A localização mais próxima do Caribe, da América do Norte e da Europa proporciona economia no custo do transporte para produtos exportados do porto do Estado.

PAULO TAVARES,
sócio-fundador da Cunha & Tavares Consultoria, associada GBrasil no Amapá



Fotos: Divulgação



Porto de Santana, às margens do Rio Amazonas, tem posição geográfica privilegiada

municípios englobam a área utilizada para a atividade: Macapá, Itauba, Porto Grande e Tartarugalzinho. Conhecida como "anel de soja", a região conseguiu superar dificuldades inerentes ao clima amazônico que impunha o desafio de administrar períodos de chuvas intensas e muito calor. "A primeira exportação foi em 2016, mas tem crescido de forma gradual, principalmente após a ampliação do Porto de Santana, para receber os grãos que vêm pelo Mato Grosso e passam por Santarém, no Pará." Apesar do estigma de região periférica, o Amapá conseguiu transformar as condições de sua localização em diferenciais para o escoamento da produção. Localizado às margens do Rio Amazonas, o porto atrai as empresas que querem exportar para mercados europeus e asiáticos com custos mais baixos.

NÚMEROS DO AMAPÁ

PIB
R\$ 13,8 BILHÕES

Em torno de **88,6%** do PIB amapaense são gerados em Macapá, Santana, Laranjal do Jari, Ferreira Gomes e Oiapoque

R\$ 60 MILHÕES
foi a arrecadação do plantio de soja em 2017

70%
das exportações do Estado são de minérios; 19%, de madeiras; e 9,84%, de alimentos

A capital Macapá possui um território de **6.562,41 QUILOMETROS** quadrados e abriga a maior parte da população do Estado, estimada em 456.171 habitantes.

FONTE: Associação de Produtores de Soja do Estado, Governo do Estado do Amapá, IBGE e Ministério da Indústria e do Comércio.

APESAR DO ESTIGMA DE REGIÃO PERIFÉRICA, O AMAPÁ CONSEGUIU TRANSFORMAR AS CONDIÇÕES DE SUA LOCALIZAÇÃO EM DIFERENCIAIS PARA O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Entre os cinco maiores municípios responsáveis pelo desenvolvimento do Estado, destacam-se a capital (Macapá), Santana, Laranjal do Jari, Ferreira Gomes e Oiapoque. Juntos, respondem por 88,6% do PIB amapaense. No setor industrial, ainda incipiente, Ferreira Gomes e Pedra Branca despontaram nos segmentos de energia e mineração. Nos setores de comércio e serviço, os dois maiores polos de negócios são Macapá e a segunda maior cidade do Estado, Santana. “Ainda existe uma dependência muito grande dos investimentos públicos, porque não temos um setor industrial forte”, explica Porto. “Os setores de comércio e serviços são os principais motores da economia, e a balança comercial do Amapá é centrada na mineração e na exploração madeireira”, completa o acadêmico.

Para impulsionar esses segmentos, foi criada a Zona Franca Verde em Macapá e Santana, área que oferece isenção fiscal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). “Normalmente, os empresários buscam saber as regras para a obtenção desses benefícios”, explica o sócio-fundador da Cunha & Tavares Consultoria, associada GBrasil no Amapá, Paulo Tavares, sobre algumas das demandas que atende em sua empresa. Apesar da promessa de crescimento, a zona reúne ainda poucas empresas inscritas. “Sozinhas, essas iniciativas não suportam o desenvolvimento. Precisamos de universidades



Produção de soja arrecadou cerca de R\$ 60 milhões em 2017, segundo a Associação de Produtores do Amapá

Fotos: Divulgação

fortes e sólidas para suportar a chegada desses empreendimentos, infraestrutura a fim de garantir mobilidade e fluidez à produção e capacidade técnica à mão de obra”, sugere o empresário, que, junto com a sócia, Dacivone Cunha, atua nas áreas contábil, fiscal, trabalhista, de planejamento tributário, de gestão financeira e previdenciária.

De acordo com o Ministério da Indústria e do Comércio, as exportações do Estado estão divididas da seguinte maneira: minérios correspondem a 70%; madeira, a 19%; e o setor de alimentos, a 9,84%. Este último registrou um aumento de quase 100% nos últimos dois anos. Em relação ao potencial hidrelétrico, há um complexo formado por três usinas nos municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, cujo objetivo final é a exportação de energia. “Quem consome mais energia em Macapá é o setor residencial”, informa Jadson Porto. “Em 2013, o Amapá foi ligado ao País pelo Linhão de Tucuruí e nos tornamos um sistema integrado ao nacional. Isso gerou um aumento de preço muito significativo”, lembra. O fato impõe à economia amapaense a necessidade premente de avançar em relação ao setor industrial, aproveitando estruturas produtivas já existentes para ampliar as atividades econômicas das cidades.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

As atividades econômicas amapaenses são desenvolvidas basicamente de políticas de investimento do governo esta-

dual. E apesar do bom desempenho de alguns setores, o Estado também é o principal empregador. Sobre as vantagens que podem ser mais bem aproveitadas, Tavares aponta a posição geográfica estratégica. “A localização mais próxima do Caribe, da América do Norte e da Europa proporciona economia no custo do transporte para produtos exportados do porto do Estado”, afirma. “As indústrias de óleo e de rações para animais estão entre as mais beneficiadas. Há também uma previsão de investimentos na indústria de alimentos para incrementar a produção de frangos e suínos”, diz o associado GBrasil, ao falar sobre oportunidades de negócios. Otimista, ele destaca outro fator positivo que anima os planos locais – a extensa área de cerrado do território amapaense. “Há um entendimento de que no Brasil as terras disponíveis para a agricultura são cada vez mais escassas, e o Estado surge como uma nova fronteira de expansão agrícola.” ■

A Tecol é moderna, versátil, pontual, com grande experiência nos assuntos pertinentes às Ciências Contábeis. Com larga atuação em Juiz de Fora e região, sendo uma filiada do Grupo Brasil de Contabilidade (GBRASIL), rede de empresa de serviços contábeis com associados em todas as capitais e principais cidades do país.

Oferecer excelência na contabilidade é o lema da Tecol, que se encontra plenamente habilitada a prestar serviços de Contabilidade Geral, Consultoria Empresarial, Assessoria Contábil, Fiscal, Tributária, Previdenciária e Trabalhista, Auditoria Interna, Planejamento Tributário, dentre outros.

R. Doutor João Pinheiro, 173 // Jardim Glória // Juiz de Fora - MG

www.facebook.com/tecolcontabilidade

www.instagram.com/tecolcontabilidade

TECOL
Excelência na Contabilidade

1 TECOL CELEBRA 40 ANOS

A Tecol Consultoria Empresarial, associada GBrasil em Juiz de Fora (MG), comemorou 40 anos no mercado contábil. A data foi celebrada durante o 48º Encontro GBrasil na cidade mineira, em novembro passado. Na ocasião, o fundador da empresa, Célio Faria de Paula, salientou a importância de ter se associado ao GBrasil, em 1996. Segundo ele, muitas das inovações e boas práticas de gestão que adotou foram extraídas de trocas de experiências com associados do grupo. Após quatro décadas de trabalho, a Tecol tem hoje 350 clientes e 55 colaboradores. Na ocasião, o presidente do GBrasil, Julio Linuesa Perez, afirmou que "Célio incorpora o espírito do grupo pelo profissionalismo e a busca constante por excelência no trabalho".



Foto: Divulgação

2 CÂMARA PORTUGUESA TEM NOVO PRESIDENTE

O diretor-presidente da Domingues e Pinho Contadores, Manuel Domingues e Pinho, foi eleito o novo presidente da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro (CPCIRJ), tomando posse em 18 de dezembro. A instituição atua em prol do estreitamento das relações comerciais, tecnológicas, sociais e culturais entre Portugal e Brasil, apoiando o desenvolvimento de novos negócios. "Pretendo deixar a minha contribuição para o incremento das relações entre os dois países", afirmou o associado GBrasil no Rio de Janeiro.



Foto: Otavio Almeida



Foto: Divulgação

3 MAIS COMEMORAÇÕES

Equipe da T&M Consulting, associada GBrasil de Santa Maria (RS), comemora 25 anos de trabalho com muita descontração. Da esquerda para a direita, a cantora Gisele Guimarães; os diretores da T&M Consulting, Alexandre Scalcon dos Reis e Simone Zanon; as artistas Deborah Rosa, Daiane Diniz e Tiane Tambara; e o diretor do espetáculo, Janu Uberti.

4 REFERÊNCIA CONTÁBIL NA BAHIA

Associada GBrasil na Bahia desde 2001, a Organização Silveira de Contabilidade completou no fim do ano passado 20 anos de história. Criada em 1997 pelo casal de contadores Reinaldo e Angélica Silveira, a empresa conta com 290 clientes e 140 colaboradores que operam em uma moderna estrutura com mais de 1,2 mil metros quadrados em Salvador (BA). "Entregamos conhecimento com responsabilidade", resumiu Reinaldo, sobre a filosofia da empresa. Na solenidade de confraternização, a Silveira lançou sua nova marca e apresentou novo layout do site e de suas redes sociais.



Foto: Divulgação

5 CRCS: BIÊNIO 2018-2019

Diretor da Organização Contábil Prado, de Rio Branco (AC), José Mauricio Prado assumiu a vice-presidência administrativa do Conselho Regional de Contabilidade do Acre (CRC-AC). Já Elizangela Kuhn, da De Paula Contadores, associada em Foz do Iguaçu (PR), assumiu a vice-presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina do CRC paranaense, sendo a única mulher do conselho diretor da entidade. Os mandatos são para o biênio 2018-2019.

6 GBRASIL NA MÍDIA

O presidente do GBrasil, Julio Linuesa Perez, concedeu entrevista ao jornal *Valor Econômico* sobre as novas regras do eSocial. Desde 1º de dezembro do ano passado, empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões aderiram ao eSocial, e a partir de 1º de julho as demais empresas, independentemente do valor de faturamento anual terão que aderir.

Simplifique
Torne a comunicação da sua empresa mais eficaz.

SOCIALBASE
Plataforma de Comunicação
www.socialbase.com.br

UROGASTRO SERVIÇOS MÉDICOSTRANQUILIDADE CONTÁBIL PARA
TRATAR DE PESSOAS

Com atendimento voltado para a área de exames, cirurgias urológicas e gastrocirurgias e uma média de 700 clientes por mês no Vale do Paraíba, o ambulatório Urogastro Serviços Médicos Especializados é o mais novo parceiro na carteira de clientes do Grupo Fatos, associado GBrasil de São José dos Campos (SP). O diferencial da clínica é o uso de alta tecnologia nos processos cirúrgicos e na qualificação dos seus profissionais. Na busca por uma empresa contábil de qualidade, a Urogastro sentia a carência de serviços com suporte profissional, experiência e atuação global. Segundo o administrador da empresa, Roberto Reis, ter uma boa gestão contábil é fundamental para a saúde financeira da com-

panhia. "Não adianta ter uma empresa prática e rentável se o suporte contábil não estiver atualizado e funcional. A certeza de que se faz o correto nos garante a tranquilidade de saber que o amanhã está garantido, sem aborrecimentos, tendo conhecimento das engrenagens da empresa", aponta Reis. Hoje o ambulatório conta com cerca de 18 colaboradores entre médicos e profissionais administrativos. O Grupo Fatos é responsável por todos os serviços das áreas contábil, tributária e de departamento pessoal.

**TDV DENTAL E ÁTHINA SEGUROS**

EXCELÊNCIA EM CONTABILIDADE PARA CRESCER

Em busca de redução de riscos do negócio e aumento da eficiência contábil, a indústria de produtos para odontologia TDV Dental iniciou parceria com A J.Mainhardt & Associados, representante GBrasil em Blumenau-SC. No mercado há 20 anos, a empresa passa por um período de crescimento e novos negócios, que tornaram os processos internos mais complexos. "Precisamos de serviços ágeis e confiáveis, além de apoio em questões tributárias e trabalhistas. Hoje, as informações contábeis da TDV são a fonte segura para gestão do negócio e tomada de decisão", aponta o diretor de controladoria da empresa, Silvio Cesar Costa. A J. Mainhardt atende à empresa na modalidade BPO para áreas fiscal e contábil e também realiza o processamento da folha de pagamento dos funcionários. A Áthina Corretora de Seguros também ingressou no hall de clientes da J. Mainhardt & Associados recentemente. A maior corretora de Santa Catarina é atendida pela empresa contábil com a solução ERP Sapiens da Senior Sistemas, que apoia operações de relacionamento com o mercado, com gerenciamento de vendas, faturamento e distribuição. "Buscamos a parceria por causa da decisão da internalização da contabilidade na empresa, e a J.Mainhardt mostrou ser possível com a sua disponibilidade de ferramentas tecnológicas", aponta o presidente da Áthina, Ari Leandro Gonçalves.

**VARANDA DO FREI**

GASTRONOMIA E BADALACÃO EM FORTALEZA

Desde janeiro de 2017, o Quintal da Varjota, gastrobar que se tornou sucesso de público em Fortaleza, já utilizava o serviço contábil da Marpe, representante GBrasil no Ceará. No início deste ano, os sócios Hendrik Gorlich e Adolpho Albuquerque inauguraram o Varanda do Frei, restaurante dedicado a *comfort food*, e decidiram somar também o novo empreendimento na capital cearense à carteira de clientes da Marpe. Segundo Gorlich, o excelente serviço prestado e a honestidade da empresa contábil lhe deram a certeza de que a melhor decisão seria colocar nas mãos deles seu novo restaurante. "Hoje, a contabilidade não é uma opção. É um apoio obrigatório para realizar a gestão tributária. O relacionamento que temos com o Marpe transcende o profissional. Eles me deixam à vontade para ligar e tirar dúvidas a qualquer momento. Os serviços prestados no Quintal da Varjota garantiram agilidade e acessibilidade aos processos, e devemos repetir o sucesso no Varanda do Frei", aponta Gorlich. A Marpe é responsável por toda a contabilidade, o fiscal e o departamento pessoal (folha de pagamento, admissão e demissão).

AC - RIO BRANCO**ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL PRADO**

CRC/AC 7/O REPRESENTANTE: Maurício Prado
R. Pará, 107, Habitasa • CEP 69905-082 • Rio Branco • AC
☎ (68) 3224.3019 www.ocprado.com.br

AL - MACEIÓ**CONTROLE CONTADORES ASSOCIADOS**

CRC/AL 744/O REPRESENTANTE: Daniel Salgueiro da Silva
R. Guedes Gondim, 128 • CEP 57020-260 • Maceió • AL
☎ (82) 2121.0000 www.controlecontadores.com.br

AM - MANAUS**DHC AUDITORIA**

CRC/PR 5.283/O REPRESENTANTE: Ernandes Melo
R. Maria Esther Teixeira, 56 • bairro Parque 10 de Novembro
CEP 69055-470 • Manaus • AM
☎ (92) 3634.6212 www.dhcmanaus.com.br

AP - MACAPÁ**CUNHA & TAVARES CONSULTORIA**

CRC/AP 6/O REPRESENTANTE: Paulo Roberto Tavares
Av. Pedro Lazarino, 516 • Bairro Beiril • CEP 68902-080 • Macapá • AP
☎ (96) 3223.4242 www.cunhaetavares.com.br

BA - SALVADOR**ORGANIZAÇÃO SILVEIRA DE CONTABILIDADE**

CRC/BA 2.102/O REPRESENTANTE: Reinaldo Silveira
R. Torquato Bahia, nº 4, 6º andar • CEP 40015-110 • Comércio • Salvador • BA
☎ (71) 2104.5401 www.organizacaosilveira.com.br

CE - FORTALEZA**MARPE - CONTADORES ASSOCIADOS**

CRC/CE 296/O REPRESENTANTE: Pedro Coelho Neto
Av. Pontes Vieira, 1.079 • Dionísio Torres • CEP 60135-237 • Fortaleza • CE
☎ (85) 3401.2499 www.marpecontabilidade.com.br

DF - BRASÍLIA**AGENDA CONTÁBIL S/S**

CRC/DF 310/O REPRESENTANTE: Lúcio Gomes
QMSW 02, cj. C, nº 16 • Setor Sudoeste • CEP 70680-200 • Brasília • DF
☎ (61) 3321.1101 www.agendacontabil.com.br

ES - VITÓRIA**UNICON - UNIÃO CONTÁBIL**

CRC/ES 382/O REPRESENTANTE: Rider Pontes
R. Graciano Neves, 230 • Centro • CEP 29015-330 • Vitória • ES
☎ (27) 2104.0900 www.unicon.com.br

GO - GOIÂNIA**CONTACT - CONTABILIDADE**

CRC/GO 882/O REPRESENTANTE: Agostinho Pedrosa
Av. Oeste, 319 • Setor Aeroporto • CEP 74075-110 • Goiânia • GO
☎ (62) 3240.0400 www.contactnet.com.br

MA - SÃO LUÍS**ASSESSORIA E CONSULTORIA REAL**

CRC/MA 211/O REPRESENTANTE: Ribamar Pires
Av. Borborema, qd. 18, nº 22 • Calhau • CEP 65071-360 • São Luís • MA
☎ (98) 3313.6800 www.assessoriareal.com.br

MG - BELO HORIZONTE, CURVELO E MONTES CLAROS**MATUR ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL**

CRC/MG 683/O REPRESENTANTE: Mário Mateus
R. Carijós, 244, 11º andar • CEP 30120-060 • Belo Horizonte • MG
☎ (31) 3311.8111 www.matur.com.br

MG - JUIZ DE FORA**TECOL - CONSULTORIA EMPRESARIAL**

CRC/MG 3.635/O REPRESENTANTE: Celio Faria de Paula
R. Dr. João Pinheiro, 173 • CEP 36015-040 • Juiz de Fora • MG
☎ (32) 3215.6631 www.tecol.com.br

MG - UBERLÂNDIA**ASERCO ASSESSORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS**

CRC/MG 4.732/O REPRESENTANTE: Valdemar Moraes
R. Ivaldo Alves do Nascimento, 966 • CEP 38400-683 • Uberlândia • MG
☎ (34) 3291.9100 www.aserco.com.br

MS - CAMPO GRANDE**AUDITA CONTABILIDADE**

CRC/MS 103/O REPRESENTANTE: Solindo Medeiros
R. Olavo Bilac, 20 • CEP 79005-090 • Campo Grande • MS
☎ (67) 3383.1892 www.auditacontabilidade.com.br

MT - CUIABÁ**CONTABILIDADE SCALCO S/S**

CRC/MT 324/O REPRESENTANTE: Volmar José Scalco
R. Comandante Costa, 1.519 • CEP 78020-400 • Cuiabá • MT
☎ (65) 3363.1600 www.scalcomt.com.br

MT - SINOP**CGF CONTABILIDADE**

CRC/MT 356/O REPRESENTANTE: Cleber Furlanetti
R. das Aroeiras, 58 • CEP 78550-238 • Sinop • MT
☎ (66) 3511.5800 www.cgfcontabilidade.com.br

PA - BELÉM**C&C - SERVIÇOS CONTÁBEIS**

CRC/PA 406/O REPRESENTANTE: Carlos Correa
Tv. Nove de Janeiro, 2.155, 1º andar, sl. B • CEP 66060-585 • Belém • PA
☎ (91) 3249.9768 www.cec.cnt.br

PB - JOÃO PESSOA**ROBERTO CAVALCANTI & ASSOCIADOS**

CRC/PB 150/O REPRESENTANTE: Roberto Cavalcanti
Av. Almirante Barroso, 1.020 • Centro • CEP 58013-120 • João Pessoa • PB
☎ (83) 3048.4243 www.robertocavalcanti.cnt.br

PE - RECIFE | SERRA TALHADA**ACENE ASSESSORIA CONTÁBIL E CONSULTORIA EMPRESARIAL DO NORDESTE S/S**

CRC/PE 433/O REPRESENTANTES: Carmelo Farias e Flavio Farias
R. João Ivo da Silva, 323 • Madalena • CEP 50720-100 • Recife • PE
☎ (81) 2125.0300 www.acenecontabilidade.com.br

PI - TERESINA**ANÁLISE CONTABILIDADE**

CRC/PI 64/O REPRESENTANTE: Tertulino Passos
R. Valença, 3.453 • Sul • Bairro Tabuleta • CEP 64018-535 • Teresina • PI
☎ (86) 3222.6337 www.analisecontabilidade.com.br

PR - CURITIBA**EACO - CONSULTORIA E CONTABILIDADE**

CRC/PR 2.976/O REPRESENTANTE: Euclides Locatelli
R. XV de Novembro, 297, 7º andar • CEP 80020-310 • Curitiba • PR
☎ (41) 3224.9208 www.eaco.com.br

PR - FOZ DO IGUAÇU**DE PAULA CONTADORES ASSOCIADOS**

CRC/PR 3.859/O REPRESENTANTE: Antonio Derseu Candido de Paula
R. Antonio Raposo, 310 • Centro • CEP 85851-090 • Foz do Iguaçu • PR
☎ (45) 2105.2000 www.depaulacontadores.com.br

RJ - RIO DE JANEIRO | MACAÉ**DPC - DOMINGUES E PINHO CONTADORES**

CRC/RJ 1.137/O REPRESENTANTE: Luciana Uchôa
Av. Rio Branco, 311, 4º andar • Centro
CEP 20040-903 • Rio de Janeiro • RJ
☎ (21) 3231.3700 www.dpc.com.br

RN - NATAL**RUI CADETE CONSULTORES E AUDITORES ASSOCIADOS S/S LTDA**

CRC/RN 107/O REPRESENTANTE: Rui Cadete
R. Apodi, 209 • Cidade Alta • CEP 59025-170 • Natal • RN
☎ (84) 3616.5500 www.ruicadete.com.br

RO - PORTO VELHO**D. DUWE CONTABILIDADE**

CRC/RO 17/O REPRESENTANTE: Ronaldo Hella
R. Júlio de Castilho, 730 • Olaria • CEP 76801-238 • Porto Velho • RO
☎ (69) 2182.3388 www.dduwe.com.br

RR - BOA VISTA**SAMPAYO FERRAZ CONTADORES ASSOCIADOS**

CRC/RR 12/O REPRESENTANTE: Pedro Nunes Ferraz da Silva
R. Ajuricaba, 738 • Centro • CEP 69301-070 • Boa Vista • RR
☎ (95) 3224.0544 www.sampayoferraz.com.br

RS - PORTO ALEGRE**GATTI CONTABILIDADE S/S**

CRC/RS 3.086/O REPRESENTANTE: Maurício Gatti
R. Santa Catarina, 361 • CEP 91030-330 • Porto Alegre • RS
☎ (51) 2108.9900 www.gatti.com.br

RS - CAXIAS DO SUL**TOIGO CONTADORES ASSOCIADOS**

CRC/RS 2.873/O REPRESENTANTE: Fabiano Toigo
R. Guerino Sanvito, 695 • CEP 95012-340 • Caxias do Sul • RS
☎ (54) 4009.9899 www.toigo.com.br

RS - SANTA MARIA**T&M CONSULTING**

CRC/RS 3.421/O REPRESENTANTE: Simone Zanon
Av. Medianeira, 1.660, sobrelôja • CEP 97060-002 • Santa Maria • RS
☎ (55) 3304.2636 www.tmconsulting.com.br

SC - FLORIANÓPOLIS**RG CONTADORES ASSOCIADOS**

CRC/SC 1.114/O REPRESENTANTE: Nilton Joel Goedert
Av. Alm. Tamandaré, 94 • sl. 1004 • CEP 88080-160 • Florianópolis • SC
☎ (48) 3037.1200 www.rgcontadores.com.br

SC - BLUMENAU, JOINVILLE E ITAJÁI**J. MAINHARDT & ASSOCIADOS**

CRC/SC 5.479/O REPRESENTANTE: Giovani Mainhardt
R. 2 de Setembro, 2.639, 1º, 2º e 3º andares
CEP 89052-001 • Blumenau • SC
☎ (47) 3231.8800 www.mainhardt.com.br

SE - ARACAJU**SERCON SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA**

CRC/SE 131/O REPRESENTANTE: Susana S. Nascimento
R. Waldemar Dantas, 100 • Grageru • CEP 49025-300 • Aracaju • SE
☎ (79) 2106.6400 www.sercontabil.com.br

SP - SÃO PAULO**ORCOSE CONTABILIDADE**

CRC/SP 5.881/O REPRESENTANTE: Júlio Linuesa Perez
R. Clodomiro Amazonas, 1.435 • CEP 04537-012 • São Paulo • SP
☎ (11) 3531.3233 www.orcose.com.br

DPC - DOMINGUES E PINHO CONTADORES

CRC/SP 24.226/O REPRESENTANTE: Luiz Flávio Cordeiro
R. do Paraíso, 45, 4º andar • Paraíso • CEP 04103-000 • São Paulo • SP
☎ (11) 3330.3330 www.dpc.com.br

SP - ARAÇATUBA**ESCRITÓRIO CONTÁBIL REAL ARAÇATUBENSE LTDA**

CRC/SP 30.293/O REPRESENTANTE: André Luiz Magustero Américo
R. Tabajaras, 322-A • CEP 16010-390 • Araçatuba • SP
☎ (18) 2103.5967 www.realaracatubense.com.br

SP - BAURU**DE MARTINO CONTABILIDADE**

CRC/SP 26.437/O REPRESENTANTE: Carlos Eduardo Saggioro De Martino
R. Gustavo Maciel, 13-20 • CEP 17015-321 • Bauru • SP
☎ (14) 3227.4110 www.demartino.com.br

SP - PRAIA GRANDE**ESCUDO REAL CONTÁBIL E AUDITORIA**

CRC/SP 16.449/O REPRESENTANTE: José Augusto Soares da Silva
R. Fumio Miyazi, 215 • Boqueirão • CEP 11701-160 • Praia Grande • SP
☎ (13) 3023.7000 www.escudoreal.com.br

SP - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**GRUPO FATOS CONTABILIDADE & SOLUÇÕES CORPORATIVAS**

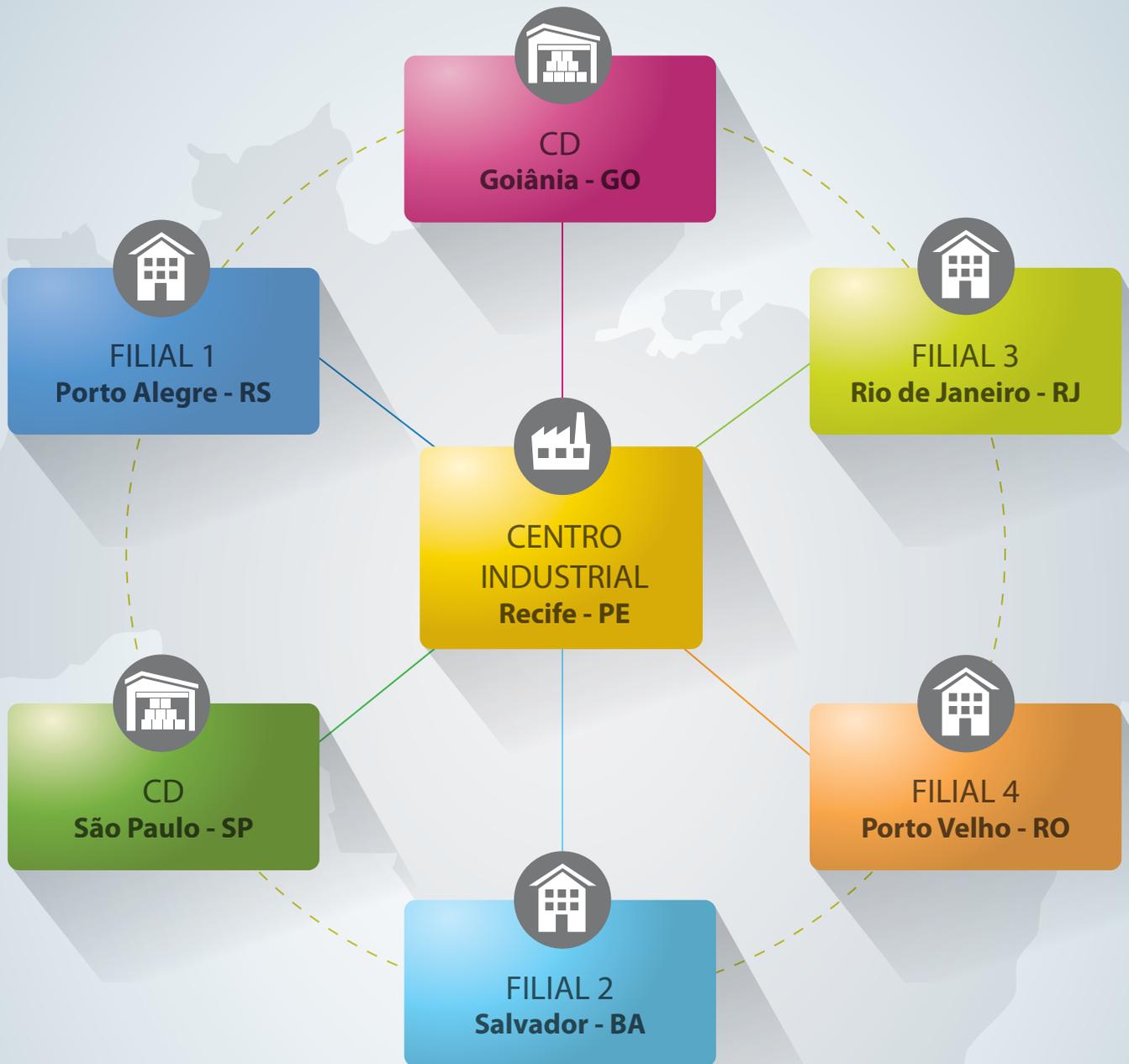
CRC/SP 23.581/O REPRESENTANTE: Lilian Ribeiro
Av. Dr. Adhemar de Barros, 1.177 • Vila Adyana
CEP 12.245-010 • São José dos Campos • SP
☎ (12) 3909.2920 www.grupofatos.com.br

TO - PALMAS**OPÇÃO CONTADORES ASSOCIADOS**

CRC/TO 7.564/O REPRESENTANTE: Flavio Azevedo Pinto
504 Sul, Al. 04, nº 45, L.40, QI G • Plano Diretor Sul
CEP 77021-690 • Palmas • TO
☎ (63) 3219.7100 www.opcon.com.br

**GBRASIL (SEDE)**

R. Clodomiro Amazonas, 1.435
CEP 04537-012 • São Paulo • SP
☎ 55 (11) 3814.8436
www.gbrasilcontabilidade.com.br



Sabe o que essas unidades de negócio podem ter em comum?

Um padrão único de gestão contábil, fiscal e trabalhista em todo o território nacional.

Consulte nosso representante GBrasil em seu estado e saiba como.